

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	49
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	50
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	54
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	55
---	----

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.006.636
Preferenciais	0
Total	12.006.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	8.766	30.191
1.01	Ativo Circulante	2.911	6.366
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30	59
1.01.01.01	Caixa e Bancos	30	59
1.01.03	Contas a Receber	540	69
1.01.03.01	Clientes	322	36
1.01.03.01.01	Clientes	322	36
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	218	33
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	218	33
1.01.04	Estoques	1.896	5.422
1.01.04.01	Estoques	1.896	5.422
1.01.06	Tributos a Recuperar	188	183
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	188	183
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	188	183
1.01.07	Despesas Antecipadas	10	92
1.01.07.01	Despesas Exercício Seguinte	10	92
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	247	541
1.01.08.03	Outros	247	541
1.01.08.03.01	Alienação de Bens do Imobilizado	140	140
1.01.08.03.02	Adiantamentos	107	401
1.02	Ativo Não Circulante	5.855	23.825
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.994	4.171
1.02.01.04	Contas a Receber	64	64
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	64	64
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	10
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.930	4.097
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	270	323
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.860	1.974
1.02.01.10.05	Alienação de Bens do Imobilizado	1.800	1.800
1.02.02	Investimentos	142	17.593
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	141	17.592
1.02.02.02.01	Propriedades para Investimento	141	17.592
1.02.03	Imobilizado	1.680	2.020
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.680	2.020
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	1.680	2.020
1.02.04	Intangível	39	41
1.02.04.01	Intangíveis	39	41
1.02.04.01.02	Intangíveis	39	41

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	8.766	30.191
2.01	Passivo Circulante	49.534	48.906
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.024	4.475
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.024	2.835
2.01.01.01.01	Salarios e Encargos Sociais Parcelamento	0	2.835
2.01.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	813	0
2.01.01.01.03	Obrigações Trabalhistas RJ	5.211	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	1.640
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	0	1.640
2.01.02	Fornecedores	4.327	6.060
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.327	6.060
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.816	6.060
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais RJ	2.511	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.468	786
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	904	514
2.01.03.01.02	Contribuição Social Rural	14	7
2.01.03.01.03	Cofins de Terceiros	1	1
2.01.03.01.04	Pis de Terceiros	1	1
2.01.03.01.05	IRRF	28	56
2.01.03.01.06	CSLL de Terceiros	1	1
2.01.03.01.07	Cofins a Pagar	549	385
2.01.03.01.08	Pis a Pagar	89	63
2.01.03.01.09	Provisao de Multas e Juros	221	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17	47
2.01.03.02.01	Impostos Estaduais	1	2
2.01.03.02.02	Outros	16	45
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	547	225
2.01.03.03.01	Impostos Municipais	4	1
2.01.03.03.02	Obrigações Tributarias Parcelamento	372	224
2.01.03.03.03	Impostos Municipais RJ	171	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.610	4.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.610	4.729
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.610	4.729
2.01.05	Outras Obrigações	33.105	32.856
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	30.704
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	30.704
2.01.05.02	Outros	33.105	2.152
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2	2
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	1.863	2.150
2.01.05.02.06	Outras Obrigações RJ	410	0
2.01.05.02.07	Debitos com Partes Relacionas	27.836	0
2.01.05.02.08	Debitos com Partes Relacionadas RJ	2.994	0
2.02	Passivo Não Circulante	26.520	43.018
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	17.841
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	17.841
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	17.841

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02	Outras Obrigações	8.150	10.186
2.02.02.02	Outros	8.150	10.186
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	7.534	8.474
2.02.02.02.04	Parcelamento de Salários e encargos sociais	0	895
2.02.02.02.05	Parcelamento de Impostos e Encargos	616	817
2.02.03	Tributos Diferidos	3.484	3.484
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.484	3.484
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos sobre Reavaliação	3.484	3.484
2.02.04	Provisões	14.886	11.507
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.886	11.507
2.02.04.01.05	Provisao para contingencias	1.189	1.189
2.02.04.01.06	Provisao Preço Minimo de Ações	3.152	3.152
2.02.04.01.07	Outros Debitos	4.000	4.000
2.02.04.01.08	Provisao para perdas em Investimentos	6.545	3.166
2.03	Patrimônio Líquido	-67.288	-61.733
2.03.01	Capital Social Realizado	142.813	142.652
2.03.01.01	Capital Social Realizado	142.813	142.652
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.513	6.513
2.03.03.01	Ativos Proprios	6.513	6.513
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35
2.03.04.01	Reserva Legal	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-216.649	-210.933

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	438	1.136	14.044	28.199
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.142	-1.790	-18.471	-29.268
3.03	Resultado Bruto	-704	-654	-4.427	-1.069
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.447	-4.306	596	-2.016
3.04.01	Despesas com Vendas	-136	-293	-548	-996
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.145	-2.280	-1.618	-2.833
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.100	0	2.367	2.011
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.648	1.648	44	0
3.04.05.02	Outras Despesas	1.648	1.648	44	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.714	-3.381	351	-198
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.151	-4.960	-3.831	-3.085
3.06	Resultado Financeiro	-7	-756	262	-896
3.06.01	Receitas Financeiras	2.735	4.111	1.638	2.817
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.742	-4.867	-1.376	-3.713
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.158	-5.716	-3.569	-3.981
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	2	4
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.158	-5.716	-3.567	-3.977
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.158	-5.716	-3.567	-3.977
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,34630	0,47610	0,28670	0,33300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.716	-5.716	-3.977	-3.977
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.716	-5.716	-3.977	-3.977

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.122	-3.079
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.133	-3.429
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-5.716	-3.977
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	123	339
6.01.01.03	Baixa de bens do Ativo Permanente	79	11
6.01.01.04	Equivalencia Patrimonial	3.381	198
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.255	350
6.01.02.01	Redução em Clientes	-286	-3.524
6.01.02.02	Redução nos estoques	3.526	-3.310
6.01.02.03	Redução nos Adiantamentos Ativos	294	4.230
6.01.02.04	Aumento Tributos a Recuperar	109	-242
6.01.02.05	Aumento Direitos Realizáveis	-185	1.099
6.01.02.06	Redução nas Despesas antecipadas	93	21
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	-1.733	5.376
6.01.02.08	Aumento Outras Contas a pagar e provisoes	1.384	-3.295
6.01.02.09	Redução em Depositos Judiciais	53	-1
6.01.02.10	Redução em Tributos Diferidos	0	-4
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2	-77
6.02.01	Aplicação no Imobilizado	-1	-68
6.02.02	Aplicação em Investimentos	3	-9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.153	3.119
6.03.01	Aumento Empréstimos e Financiamentos	-1.314	3.119
6.03.02	Aumento de Capital	161	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29	-37
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59	62
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30	25

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.639	-33	0	-44.103	0	-34.497
5.04.01	Aumentos de Capital	9.639	0	0	0	0	9.639
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-39	0	38	0	-1
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	6	0	-6	0	0
5.04.08	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-44.135	0	-44.135
5.07	Saldos Finais	142.813	6.513	35	-216.649	0	-67.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	-18.330	0	-8.891
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478
5.04.08	Realização de Reserva de reavaliação	0	-39	0	39	0	0
5.04.09	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-18.369	0	-18.369
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1	0	-3.978	0	-3.977
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	1	0	-1	0	0
5.06.04	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-3.977	0	-3.977
5.07	Saldos Finais	142.652	6.508	35	-194.854	0	-45.659

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	2.800	31.254
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.152	29.103
7.01.02	Outras Receitas	1.648	2.151
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-669	-21.959
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	130	-19.213
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-799	-2.639
7.02.04	Outros	0	-107
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.131	9.295
7.04	Retenções	-122	-339
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122	-339
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.009	8.956
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	730	2.620
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.381	-198
7.06.02	Receitas Financeiras	4.111	2.818
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.739	11.576
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.739	11.576
7.08.01	Pessoal	3.218	10.264
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.163	7.888
7.08.01.02	Benefícios	320	1.179
7.08.01.03	F.G.T.S.	110	624
7.08.01.04	Outros	625	573
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	242	1.090
7.08.02.01	Federais	216	950
7.08.02.02	Estaduais	16	20
7.08.02.03	Municipais	10	120
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.995	4.199
7.08.03.01	Juros	4.995	4.199
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.716	-3.977
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.716	-3.977

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	42.471	64.655
1.01	Ativo Circulante	4.989	8.895
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52	67
1.01.01.01	Caixa e Bancos	52	67
1.01.03	Contas a Receber	1.997	1.656
1.01.03.01	Clientes	1.778	1.624
1.01.03.01.01	Clientes	1.778	1.624
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	219	32
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	219	32
1.01.04	Estoques	1.925	5.445
1.01.04.01	Estoques	1.925	5.445
1.01.06	Tributos a Recuperar	580	509
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	580	509
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	580	509
1.01.07	Despesas Antecipadas	177	321
1.01.07.01	Despesas Exercício Seguinte	177	321
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	258	897
1.01.08.03	Outros	258	897
1.01.08.03.01	Alienação de Bens do Imobilizado	140	410
1.01.08.03.02	Adiantamentos	118	487
1.02	Ativo Não Circulante	37.482	55.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.057	9.316
1.02.01.04	Contas a Receber	275	275
1.02.01.04.01	Clientes	275	275
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	709	801
1.02.01.09.05	Despesas dos Exercícios Seguintes	709	801
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.073	8.240
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.233	1.286
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	3.140	3.254
1.02.01.10.05	Alienação de Bens do Imobilizado	3.700	3.700
1.02.02	Investimentos	177	17.592
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	177	17.592
1.02.03	Imobilizado	28.001	28.599
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.001	28.599
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	28.001	28.599
1.02.04	Intangível	247	253
1.02.04.01	Intangíveis	247	253
1.02.04.01.02	Intangíveis	247	253

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	42.471	64.655
2.01	Passivo Circulante	67.929	63.904
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.152	4.536
2.01.01.01	Obrigações Sociais	839	4.536
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais	839	1.682
2.01.01.01.02	Obrigações Sociais Parcelamento	0	2.854
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.313	0
2.01.01.02.01	Salarios e Encagos Sociais- RJ	5.313	0
2.01.02	Fornecedores	4.958	4.973
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.958	4.973
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.447	4.973
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - RJ	2.511	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.372	2.454
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.807	2.177
2.01.03.01.02	Contribuição Social Rural	944	936
2.01.03.01.03	Cofins de Terceiros	1	1
2.01.03.01.04	Pis de Terceiros	1	1
2.01.03.01.05	IRRF	29	58
2.01.03.01.06	CSLL de Terceiros	1	1
2.01.03.01.07	Cofins a Pagar	1.382	1.015
2.01.03.01.08	Pis a Pagar	224	165
2.01.03.01.09	Provisao Multa e Juros	225	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17	8
2.01.03.02.01	ICMS	1	2
2.01.03.02.02	Outros	16	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	548	269
2.01.03.03.01	ISS	4	41
2.01.03.03.02	Impostos Municipais - RJ	172	0
2.01.03.03.03	Obrigações Tributarias - Parcelamento	372	228
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	47.245	46.446
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.245	46.446
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.245	46.446
2.01.05	Outras Obrigações	6.202	5.495
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.040	2.348
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.040	2.348
2.01.05.02	Outros	4.162	3.147
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	153	153
2.01.05.02.07	Outros Debitos	533	2.994
2.01.05.02.08	Debitos com partes Relacionadas RJ	3.045	0
2.01.05.02.09	Outros Debitos RJ	431	0
2.02	Passivo Não Circulante	41.830	62.484
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	17.841
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	17.841
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	17.841
2.02.02	Outras Obrigações	20.233	22.824
2.02.02.02	Outros	20.233	22.824

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	19.617	21.112
2.02.02.02.04	Parcelamentos de Salários e Encargos Sociais	0	895
2.02.02.02.05	Parcelamento de Impostos e Encargos	616	817
2.02.03	Tributos Diferidos	8.228	8.450
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.228	8.450
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos	8.228	8.450
2.02.04	Provisões	13.369	13.369
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.495	4.495
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.343	1.343
2.02.04.01.05	Provisões Preço mínimo Ações	3.152	3.152
2.02.04.02	Outras Provisões	8.874	8.874
2.02.04.02.05	Outros Debitos	8.874	8.874
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-67.288	-61.733
2.03.01	Capital Social Realizado	142.813	142.652
2.03.01.01	Capital Social Realizado	142.813	142.652
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.513	6.513
2.03.03.01	Ativos Próprios	6.513	6.513
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35
2.03.04.01	Reserva Legal	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-216.649	-210.933

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.840	4.829	14.306	28.703
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.889	-7.629	-18.740	-30.307
3.03	Resultado Bruto	-2.049	-2.800	-4.434	-1.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-684	-1.650	-268	-1.644
3.04.01	Despesas com Vendas	-147	-328	-562	-1.029
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.305	-2.709	294	-615
3.04.02.01	Despesas Extraordinárias	0	0	-496	-140
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	0	790	-475
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	768	1.387	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.733	-4.450	-4.702	-3.248
3.06	Resultado Financeiro	-1.526	-1.488	72	-967
3.06.01	Receitas Financeiras	4.551	9.185	1.686	4.915
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.077	-10.673	-1.614	-5.882
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.259	-5.938	-4.630	-4.215
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	101	222	125	238
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.158	-5.716	-4.505	-3.977
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-4.158	-5.716	-4.505	-3.977
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-4.158	-5.716	-4.505	-3.977
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13050	0,13050	0,34300	0,03430

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-5.716	-5.716	-3.977	-3.977
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-5.716	-5.716	-3.977	-3.977
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.716	-5.716	-3.977	-3.977

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	770	-2.094
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.288	-1.995
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-6.827	-3.977
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.406	1.945
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanente	133	37
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.058	-99
6.01.02.01	Aumento em Clientes	-154	-3.481
6.01.02.02	Redução nos Estoques	3.520	-2.671
6.01.02.03	Redução nos Adiantamentos Ativos	369	4.197
6.01.02.04	Aumento Tributos a Recuperar	43	-302
6.01.02.05	Aumento Direitos Realizáveis	83	1.100
6.01.02.06	Redução nas Despesas Antecipadas	236	237
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	-15	2.492
6.01.02.08	Aumento Outras Contas a Pagar e Provisões	2.145	-1.377
6.01.02.09	Redução em Depósitos Judiciais	53	-56
6.01.02.10	Redução em Tributos Diferidos	-222	-238
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2	-194
6.02.01	Aplicação no Imobilizado	-1	-185
6.02.02	Aplicação em Investimentos	3	-9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-787	2.256
6.03.01	Aumento Empréstimos e Financiamentos	-948	2.256
6.03.02	Aumento de Capital	161	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15	-32
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	67	65
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52	33

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.639	-33	0	-44.103	0	-34.497	0	-34.497
5.04.01	Aumentos de Capital	9.639	0	0	0	0	9.639	0	9.639
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-39	0	38	0	-1	0	-1
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	6	0	-6	0	0	0	0
5.04.08	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-44.135	0	-44.135	0	-44.135
5.07	Saldos Finais	142.813	6.513	35	-216.649	0	-67.288	0	-67.288

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	-18.330	0	-8.891	0	-8.891
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.04.08	Realização de Reserva de Reavaliação	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.04.09	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-18.369	0	-18.369	0	-18.369
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1	0	-3.978	0	-3.977	0	-3.977
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	1	0	-1	0	0	0	0
5.06.04	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-3.977	0	-3.977	0	-3.977
5.07	Saldos Finais	142.652	6.508	35	-194.854	0	-45.659	0	-45.659

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	6.233	32.668
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.846	29.614
7.01.02	Outras Receitas	1.387	3.054
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.548	-21.577
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.662	-18.696
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-886	-2.768
7.02.04	Outros	0	-113
7.03	Valor Adicionado Bruto	-315	11.091
7.04	Retenções	-294	-1.945
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-294	-1.945
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-609	9.146
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.185	4.915
7.06.02	Receitas Financeiras	9.185	4.915
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.576	14.061
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.576	14.061
7.08.01	Pessoal	3.230	10.340
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.170	7.933
7.08.01.02	Benefícios	320	1.180
7.08.01.03	F.G.T.S.	116	627
7.08.01.04	Outros	624	600
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	261	1.307
7.08.02.01	Federais	234	1.073
7.08.02.02	Estaduais	17	20
7.08.02.03	Municipais	10	214
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.801	6.391
7.08.03.01	Juros	10.801	6.391
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.716	-3.977
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.716	-3.977

Comentário do Desempenho

NÃO HÁ

Notas Explicativas

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das informações financeiras consolidadas, foram utilizadas informações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

Recuperação judicial

Em 25 de janeiro de 2018, por meio do processo de nº 0300188-72.2018.8.24.0024 a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Em 25 de janeiro de 2018, houve a nomeação do administrador judicial responsável pela Recuperação Judicial da Companhia, tendo sido assinado o termo de compromisso em 1º de fevereiro de 2018.

Em 2 de maio de 2018 a Companhia entregou seu plano de recuperação judicial, que se encontra em análise pelo Administrador Judicial, para posterior submissão aos credores da Companhia.

2. CONTROLADA

Notas Explicativas

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das informações financeiras consolidadas, foram utilizadas informações financeiras encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das informações financeiras intermediárias e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 06 de setembro de 2018.

3.2. RECLASSIFICAÇÕES DE DÉBITOS VINCULADOS AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 25 de janeiro de 2018, a Companhia obteve aprovação de seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC). Mediante referida aprovação (ainda não homologada em assembleia de credores), e com base na lista de credores apresentada ao Administrador da Recuperação Judicial em 2 de maio de 2018, a Companhia realizou, a partir do 1º trimestre de 2018 a reclassificação dos débitos inclusos no referido plano, com o intuito de apresentá-los de forma segregada dos demais passivos da Companhia e de sua Controlada. Contudo, enquanto aguarda os desfechos deste processo, a Companhia não reconheceu nenhum efeito contábil de redução de seus passivos, bem como reflexos em sua demonstração de resultado, que eventualmente venham a ocorrer em caso de aprovação de seu pedido de Recuperação Judicial.

3.3. BASE DE MENSURAÇÃO

As informações financeiras intermediárias e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

3.4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As informações financeiras intermediárias e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (excetas aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5. ESTOQUES

Notas Explicativas

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Notas Explicativas

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

Notas Explicativas

4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

4.14. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.15. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Crulante				
Caixa	2	-	16	-
Banco conta movimento	28	59	36	67
	<u>30</u>	<u>59</u>	<u>52</u>	<u>67</u>

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Duplicatas a receber	797	482	2.815	2.259
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(475)	(446)	(1.037)	(635)
	<u>322</u>	<u>36</u>	<u>1.778</u>	<u>1.624</u>

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
A vencer	177	18	1.562	1.004
Vencidas				
Até 30 dias	3	17	63	466
31 a 60 dias	142	-	151	153
61 a 90 dias	-	1	2	1
91 a 180 dias	60	75	60	64
a mais de 180 dias	415	371	977	571
	<u>797</u>	<u>482</u>	<u>2.815</u>	<u>2.259</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/dez/17	30/06/2018	31/dez/17
Saldo inicial	(461)	(484)	(1.201)	(665)
Adições	(125)	(71)	(685)	(87)
Recuperações	111	109	849	117
	<u>(475)</u>	<u>(446)</u>	<u>(1.037)</u>	<u>(635)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

Notas Explicativas

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Produtos em formação (safra da maçã)	141	4.375	141	4.375
Material consumo e reposição	836	1.047	865	1.070
Maçãs próprias	919	-	919	-
	<u>1.896</u>	<u>5.422</u>	<u>1.925</u>	<u>5.445</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Circulante				
Cofins	-	-	248	201
IRPJ	133	133	148	147
PIS	-	-	58	47
CSL	47	47	56	56
IRRF sobre aplicação financeira	-	-	42	41
Contribuição social sobre lucro	3	3	17	17
Outros impostos a Recuperar	5	-	11	-
	<u>188</u>	<u>183</u>	<u>580</u>	<u>509</u>
Não Circulante				
Cofins	2.069	2.170	3.693	3.794
Pis	589	650	900	961
(-) Provisão de glosas	(798)	(846)	(1.453)	(1.501)
	<u>1.860</u>	<u>1.974</u>	<u>3.140</u>	<u>3.254</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9. ADIANTAMENTOS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Adiantamento a fornecedores	4.770	5.193	4.852	5.278
Adiantamento de férias	5	8	5	8
Adiantamento de viagens	2	-	2	-
Adiantamento a funcionários	25	30	25	31
Provisão para perdas	(4.695)	(4.830)	(4.766)	(4.830)
	<u>107</u>	<u>401</u>	<u>118</u>	<u>487</u>

10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Circulante				
Área de 1.234.200,00 m ² (i)	-	-	-	270
Área de 2.304.100,00 m ²	140	140	140	140
Área de 4.183.669,38 m ² (i)	-	-	-	-
	<u>140</u>	<u>140</u>	<u>140</u>	<u>410</u>
Não Circulante				
Área de 2.172.52,00 m ²	-	-	1.900	1.900
Área de 4.183.669,38 m ²	1.800	1.800	1.800	1.800
	<u>1.800</u>	<u>1.800</u>	<u>3.700</u>	<u>3.700</u>

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados à lavratura das escrituras.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	167	167
Outros custos a apropriar	10	92	10	154
	<u>10</u>	<u>92</u>	<u>177</u>	<u>321</u>
Não Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	709	791
Outros custos a apropriar	-	10	-	10
	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>709</u>	<u>801</u>

Nessas rubricas são registradas, substancialmente, as despesas antecipadas de arrendamentos de pomares, pagos antecipadamente pela Companhia, que são apropriadas ao resultado do exercício de acordo com seu correto período de competência.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Contribuição Social Rural	-	-	930	929
Depósitos Judiciais CVM	117	117	119	118
Depósitos Judiciais Badesc	153	132	184	165
Depósitos para demanda trabalhista	-	74	-	74
	<u>270</u>	<u>323</u>	<u>1.233</u>	<u>1.286</u>

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

Depósitos judiciais – CVM

Notas Explicativas

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

Depósito judicial BADESC

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis à cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$6.545 (R\$3.166 em 2017) registrado na controladora na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No período findo em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$3.381 (R\$198 em junho de 2017).

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/jun/18</u>	<u>31/dez/17</u>	<u>30/jun/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	-	17.592	-	17.592
Máquinas e Equipamentos	141	-	177	-
	<u>141</u>	<u>17.592</u>	<u>177</u>	<u>17.592</u>

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.592. Pelo fato da Companhia não estar utilizando esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia (alienação fiduciária) na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE).

Em 18 de junho de 2018, através de Instrumento de Declaração firmado em cartório, a Companhia efetuou transferência definitiva da propriedade do imóvel ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE) que por sua vez deu encaminhamento aos trâmites legais e burocráticos para a consolidação das matrículas em seu nome. Dessa forma, o saldo contábil desta rubrica foi baixado contra a rubrica empréstimos e financiamentos (nota explicativa no 17).

15. IMOBILIZADO

Controladora

Notas Explicativas

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/17	30/jun/18	30/jun/18	30/jun/18	30/jun/18
Imobilizado Próprio em Operação	1.621	-	(199)	(120)	1.302
Edificações	7	-	-	-	7
Benfeitorias	357	-	-	(28)	329
Máquinas e Equipamentos	1.134	-	(155)	(81)	898
Veículos e Tratores	56	-	(44)	(1)	11
Móveis e Utensílios	67	-	-	(10)	57
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	25	-	-	-	25
Vestibário/Banheiros Vacaria	25	-	-	-	25
Reavaliações	374	-	(20)	-	354
Terrenos	372	-	(20)	-	352
Edificações e Benfeitorias	1	-	-	-	1
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
	2.020	-	(219)	(120)	1.680

Consolidado

Notas Explicativas

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/17	30/jun/18	30/jun/18	30/jun/18	30/jun/18
Imobilizado Próprio em Operação	11.809	-	(264)	(677)	10.868
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	6.538	-	(27)	(169)	6.342
Benfeitorias	802	-	-	(54)	748
Culturas Permanentes	392	-	-	(40)	352
Maquinas e Equipamentos	3.857	-	(193)	(398)	3.266
Veículos e Tratores	71	-	(44)	(4)	23
Móveis e Utensílios	85	-	-	(12)	73
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	25	-	-	-	25
Vestiário/Banheiros Vacaria	25	-	-	-	25
Imobilizações em andamento	114	-	-	-	114
Florestas em formação	114	-	-	-	114
Reavaliações	374	-	(20)	-	354
Terrenos	372	-	(20)	-	352
Edificações e Benfeitorias	1	-	-	-	1
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
Ajuste Patrimonial	16.276	-	(25)	389	16.640
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.650	-	(16)	(52)	1.582
Benfeitorias	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	3.842	-	(1)	(385)	3.456
Câmaras Frigoríficas	10.143	-	-	832	10.975
Veículos e Tratores	66	-	(8)	(5)	53
Móveis e Utensílios	7	-	-	(1)	6
	28.599	-	(309)	(288)	28.001

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	-	1.600	-	-
Fornecedores matriz	1.630	4.333	2.199	4.789
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	-	-	4	4
Provisão para juros sobre títulos em atraso	186	127	244	180
Fornecedores RJ	2.511	-	2.511	-
	4.327	6.060	4.958	4.973

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Nas rubricas de fornecedores, são registrados também os valores devidos aos “Produtores Fomentados”, onde a Companhia, em atendimento aos preceitos do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, considera a obrigação a pagar resultante da diferença entre o preço médio apurado nas maçãs efetivamente vendidas de seus produtores fomentados *versus* os preços médios praticados no mercado.

Parceria rural com a controlada

Notas Explicativas

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

17. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições Financeiras	Taxa anual contrato	Controladora		Consolidado	
		30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Circulante					
BRDE - Renegociação	TR	-	-	1.880	38.918
BRDE	TR	1.082	-	1.082	-
Duplicatas Descontadas/ Sfra	Mercado	27	-	729	906
NBCBank	14,74%	-	-	-	-
Saldo Bancario Devedora	NT	3	72	3	72
Fidc Empirica SFRA	Mercado	93	2.038	93	2.038
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	31	-	30
B. Daycoval S/A	CDI	2	2.121	2	2.121
B. Daycoval S/A	CDI	37	32	37	32
Fidc Empirica SFRA RJ	Mercado	2.038	-	2.038	-
B. Daycoval S/A RJ	CDI	2.121	-	2.121	-
BRDE - Renegociação RJ	TR	16.907	-	55.396	-
(-) Imóveis dação pagamento BRDE		(17.989)	-	(17.989)	-
		<u>4.321</u>	<u>4.294</u>	<u>45.393</u>	<u>44.117</u>
Não Circulante					
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	29	-	29
BRDE - Renegociação	TJLP + juros	-	17.812	-	17.812
		<u>-</u>	<u>17.841</u>	<u>-</u>	<u>17.841</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº3.2 a Companhia realizou, em 31 de março de 2018, a reclassificação dos débitos inclusos em seu plano de recuperação judicial (a ser submetido à aprovação dos credores), com o intuito de apresentá-los de forma segregada dos demais passivos da Companhia e de sua controlada, porém sem reconhecer qualquer efeito de eventual redução junto aos seus credores. A Companhia e sua controlada reclassificaram também 100% do seu endividamento bancário para o passivo não circulante, contudo, foram mantidos os mesmos critérios de correções e atualizações previstos nos contratos celebrados com as Instituições financeiras.

A seguir, detalhamos outros aspectos relativos aos empréstimos e financiamentos da Companhia e de sua controlada:

Garantias

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Notas Explicativas

BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)

No período de 2016 a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), seu principal credor. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus em caso adimplemento.

O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomi Frutas, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: : (a) subcrédito “A”, no valor de R\$ 23,35 milhões, com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento de R\$ 0,50 para cada R\$ 1,00 de antecipação de pagamentos de principal até dezembro de 2018, e, bônus de adimplemento de R\$ 0,40 para cada R\$ 1,00 de antecipação de pagamentos do principal até o final de 2019; e (b) sub-crédito “B”, no valor de R\$ 13,3 milhões, com vencimento final em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito “A” representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito “B”; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomi Frutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, esperava a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia estivesse totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito “A” até 31/12/2018, isso poderia representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito “A” e do “B”).

Aditivo à Cédula de Crédito Bancário nº39.962

Em 22 de janeiro de 2018, as partes celebraram aditivo à cédula de crédito bancário nº39.962 com o objetivo de instrumentalizar a cessão dos direitos aquisitivos sobre terreno rural de matrícula nº7.334, avaliado em R\$ 660, vinculado em alienação fiduciária ao credor. Mediante esta negociação, a Companhia cedeu os direitos sobre referido imóvel à MAXI Madeiras Ltda (“Cessionária”), liquidando assim a dívida vinculada à referida cédula de crédito, que na data da transação estava registrada contabilmente pelo montante de R\$773 (atualizado monetariamente). A baixa contábil de referida cédula de crédito bancário foi reconhecida no resultado do período na rubrica “Outras receitas e despesas”.

Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

18. FINANCIAMENTOS PESA

Notas Explicativas**Controladora**

Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	30/jun/18	30/jun/18	30/jun/18
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	5.556	5.154	402
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	1.094	1.000	94
BADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+4,57%	2020	7.139	5.079	2.060
BANCO DO BRASIL -BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	8.359	5.150	3.209
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM +3%	2022	66	-	66
BRDE 2.11633018 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	9.157	7.458	1.699
BRDE 2.11054018 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2021	5.426	5.169	257
BRDE 10771Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	99	81	18
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	99	81	18
TOTAL				36.995	29.172	7.823

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	30/jun/18	30/jun/18	30/jun/18
BADESCO 80001	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	17.873	16.648	1.225
BADESC 93084100-0	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	1.306	1.203	103
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	10.246	6.182	4.064
BRDE 7691- PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	16.494	13.476	3.018
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	5.162	3.029	2.133
BRDE 10989/13615-01- PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	7.527	4.424	3.103
TOTAL				58.608	44.962	13.646
Total Consolidado				95.603	74.134	21.469

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Circulante				
Salário	133	200	138	204
Rescisão	126	329	126	329
FGTS	68	594	76	599
INSS	65	115	61	125
Provisão	421	402	438	425
	813	1.640	839	1.682

20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS - PARCELAMENTO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Circulante				
FGTS	-	326	-	326
PERT	-	52	-	49
IRRF	-	-	-	(3)
Acordo Rescisões	-	2.457	-	2.482
Salários e enc sociais RJ	5.211	-	5.313	-
	<u>5.211</u>	<u>2.835</u>	<u>5.313</u>	<u>2.854</u>
Não circulante				
Acordo Rescisões	-	895	-	895
	<u>-</u>	<u>895</u>	<u>-</u>	<u>895</u>

Débitos migrados para programas de parcelamentos

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, a Companhia e sua controlada aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do “PRT”.

Nesta adesão, foi reconhecido, parcialmente, os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que refere-se, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

Acordos de rescisões

A Companhia celebrou acordos trabalhistas para pagamentos das verbas rescisórias, o que aumentou significativamente seu passivo de obrigações trabalhistas. Os acordos celebrados possuem vencimentos diversos, sendo que alguns foram parcelados em 10 vezes e outros em até 18 vezes, motivando uma segregação dessas obrigações entre circulante e não circulante.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Circulante				
ICMS	52	52	52	52
IRPJ/CSL	60	60	60	64
INSS	41		41	
ISS/PTU	219	112	219	112
ISS/PTU	171	-	172	-
	<u>543</u>	<u>224</u>	<u>544</u>	<u>228</u>
Não circulante				
ICMS	327	327	327	327
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RURAL	174	213	174	213
INSS	115		115	
ISS/PTU	-	277	-	277
	<u>616</u>	<u>817</u>	<u>616</u>	<u>817</u>

22. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Pomifrai Fruticultura SA. (a)	27.303	27.725	-	-
Débitos com acionistas	531	2.979	531	2.979
Mútuo com diretores	2	-	2	15
Partes Relacionadas RJ	<u>2.994</u>	<u>-</u>	<u>3.045</u>	<u>-</u>
	<u>30.830</u>	<u>30.704</u>	<u>3.578</u>	<u>2.994</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

Débitos com acionistas

Ao longo dos exercícios de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador. Referidos débitos são atualizados com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
<u>Circulante</u>				
Arrendamentos	517	694	694	870
Processos a Pagar	16	16	16	16
Litígio CAM	160	236	160	236
Outros	1.170	1.204	1.170	1.226
Outras Obrigações - RJ	410	-	431	-
	<u>2.273</u>	<u>2.150</u>	<u>2.471</u>	<u>2.348</u>

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
<u>Não Circulante</u>				
Valores a Pagar	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	-	-	1.334	1.334
	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>8.874</u>	<u>8.874</u>

24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	31/dez/17	30/jun/18	31/dez/17
Contingências trabalhistas	136	136	140	140
Contingências cíveis	400	400	550	550
Contingências tributárias	653	653	653	653
	<u>1.189</u>	<u>1.189</u>	<u>1.343</u>	<u>1.343</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 30 de junho de 2018, existe o montante de R\$6.304 mil em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados.

Adicionalmente, a Companhia é parte integrante em dois processos regidos em Câmara Arbitral, cujo detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº35.

24.1. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/17	148	169
Constituição	159	159
Reversões	(171)	(188)
Saldo em 30/06/18	<u>136</u>	<u>140</u>

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2018, a controladora é parte em 23 ações trabalhistas (21 ações com probabilidade de perda possíveis e 2 remotas), acrescida de 1 ação trabalhista na controlada (1 possível).

24.2. Contingências cíveis

<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/17	184	365
Constituição	279	279
Reversões	(63)	(94)
Saldo em 30/06/18	<u>400</u>	<u>550</u>

Em 30 de junho de 2018, a controladora é parte em 19 ações cíveis, sendo que (8 possíveis, 3 remotas, 2 provável), acrescida de 06 ações cíveis na controlada, (2 remota e 3 possíveis, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$400 e R\$550, respectivamente.

24.3. Contingências tributárias

<u>Contingências Tributárias</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/17	653	653
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 30/06/18	<u>653</u>	<u>653</u>

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

24.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha à Companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

25. PASSIVO A DESCOBERTO

25.1. Capital social (em R\$)

Notas Explicativas

Em 29 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do §1º do Artigo 5º de seu Estatuto Social, no valor de até R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão para subscrição privada de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas escriturais e sem valor nominal. Até 30 de junho de 2017 foram subscritas 64.168 (sessenta e quatro mil, cento e sessenta e oito) novas ações novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,50 (Um Real e cinquenta centavos) por ação, totalizando o valor de R\$96.252,00 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais). Dessa forma, o capital social da Companhia em 30 de junho de 2018 é de R142.812.954,05 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), representado por 12.006.636 (doze milhões, seis mil, seiscentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

25.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

25.3. Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

25.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será realizada, quando aplicável, na forma da Lei nº 9.249/95.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

27. LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	30/jun/17	30/jun/18	30/jun/17
Venda de mercadorias	148	26.389	3.835	26.898
Venda de mercadorias - exportação	939	2.334	939	2.334
Venda de serviços	66	380	72	382
Receita bruta	1.153	29.103	4.846	29.614
Devoluções e abatimentos	-	(107)	-	(113)
Impostos	(17)	(797)	(17)	(797)
Deduções	(17)	(904)	(17)	(911)
RECEITA LÍQUIDA	1.136	28.199	4.829	28.703
Custo das mercadorias e serviços	(1.790)	(29.268)	(7.629)	(30.307)
LUCRO (PREJUIZO) BRUTO	(654)	(1.069)	(2.800)	(1.604)

A significativa redução apresentada nas rubricas do quadro acima é reflexo, principalmente, do plano de reestruturação da Companhia, que visa adequar suas operações à sua real situação econômico/financeira, bem como repactuar obrigações com seus credores, por meio do pedido de recuperação judicial comentado na nota explicativa nº1.

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	30/jun/17	30/jun/18	30/jun/17
Custos e gastos com pessoal	(1.027)	(1.365)	(1.037)	(1.441)
Consultorias, auditorias e assessorias	(173)	(125)	(173)	(125)
Despesas legais	(250)	(216)	(262)	(223)
Insumos e manutenção	-	(57)	(2)	(75)
Tributos federais, estaduais e municipais	(225)	(296)	(465)	(752)
Despesas com viagens	(115)	(160)	(117)	(160)
Serviço terceiros	(204)	(322)	(218)	(322)
Depreciação e amortização	(10)	(20)	(19)	(33)
Fretes e carretos	-	(87)	-	(87)
Mensalidades e Anuidades	(66)	(89)	(109)	(163)
Constituição e Provisão Adto Fornecedores	(84)	(57)	(154)	(57)
Outros	(125)	(40)	(153)	(91)
	(2.279)	(2.834)	(2.709)	(3.529)

29. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	30/jun/17	30/jun/18	30/jun/17
Honorários advocatícios e processos CAM	-	(79)	-	(79)
Processos a Pagar	-	(58)	-	(58)
Outros	-	(3)	-	(3)
	<u>-</u>	<u>(140)</u>	<u>-</u>	<u>(140)</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes. Referidas despesas foram substancialmente ocorridas no período de 2015/2016, mantendo reflexos menores ao longo do exercício de 2017.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	30/jun/17	30/jun/18	30/jun/17
Reversão (constituição) de provisões com glosas	49	(6)	49	(26)
Constituição de provisão para contingências	-	-	-	(2)
Recuperação de despesas	376	275	376	275
Redução PRT (ii)	-	1.905	-	2.742
Provisão processos produtores 2017/2018 (iv)	220	-	220	-
Venda/Baixa de Imobilizado	901	-	1.013	-
Outras	101	(23)	(272)	66
	<u>1.648</u>	<u>2.151</u>	<u>1.387</u>	<u>3.054</u>

(i) A rubrica “Provisão para processos com produtores” reflete a atualização da provisão para perdas, ocorridas nos adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos de fomento da safra. A Companhia esta tomando as medidas cabíveis para recuperação dos valores pelo não cumprimento dos instrumentos Particulares de Contrato de Compra e Venda de Maçãs da Safra 2017/2018, entretanto, conservadoramente, foi constituída provisão para perdas considerada suficiente para cobrir possíveis perdas.

(ii) Refere-se aos efeitos de redução vinculados a adesão ao programa de parcelamento, conforme mencionado na nota explicativa n20.

31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/jun/18	30/jun/17	30/jun/18	30/jun/17
<u>Resultado financeiro PESA</u>				
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetária e juros CTN	4.096	1.928	9.167	4.022
	<u>4.096</u>	<u>1.928</u>	<u>9.167</u>	<u>4.022</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetárias e juros PESA	(3.905)	(542)	(5.542)	(2.054)
	<u>(3.905)</u>	<u>(542)</u>	<u>(5.542)</u>	<u>(2.054)</u>
<u>Outros resultados financeiros</u>				
	30/jun/18	31/mar/17	43.281	42.825
<u>Receitas Financeiras</u>				
Redução juros e multas PRT/Refis municipal (i)	-	-	-	-
Juros ativos	12	651	14	654
Outras receitas financeiras	4	239	4	239
	<u>15</u>	<u>890</u>	<u>18</u>	<u>893</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros com financiamentos	(543)	(1.006)	(1.994)	(2.311)
Juros passivos	(380)	(553)	(397)	(637)
Despesas descontos duplicatas	(16)	(586)	(123)	(622)
Outras despesas financeiras	(23)	(1.025)	(2.617)	(258)
	<u>(962)</u>	<u>(3.170)</u>	<u>(5.131)</u>	<u>(3.828)</u>
Total Líquido	<u>(756)</u>	<u>(896)</u>	<u>(1.488)</u>	<u>(967)</u>

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

32.1 Risco cambial

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados à moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

32.2 Risco de crédito

Notas Explicativas

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

32.3 Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados nas notas explicativas nº 17 e 18. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

32.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui derivativos contratados e operações de hedge.

33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2018, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por evento</u>	<u>controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Vigência</u>
Funcionários	Acidentes com DMHO	61.000	61.000	31/10/2018
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	19.450	19.450	29/09/2018

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

34. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edgar Rafael Safdie - Presidente
 Rogerio Pereira de Oliveira
 Doris Beatriz França Wilhelm
 Gelmir Antonio Bahr

35. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Notas Explicativas

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM"), na data de 29/10/2015

A Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM"), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas informações financeiras intermediárias, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Empresa, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

(***)

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Administradores e Acionistas da

POMI FRUTAS S.A. (Em Recuperação Judicial)

Fraiburgo – SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da POMI FRUTAS S.A (Em Recuperação Judicial) ("Companhia e Consolidado"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. A Companhia e a Controlada POMIFRAI FRUTICULTURA S.A. (Em Recuperação Judicial), em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009. Adicionalmente, em 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com pedido de Recuperação Judicial, deferido pela Justiça do Estado de Santa Catarina no mesmo dia. Dessa forma, a continuidade das operações fica sujeita à aprovação e cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, entregue pela Companhia no dia 2 de maio de 2018. Atualmente a Administração da Companhia trabalha com o intuito de estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e de sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Reclassificação de débitos vinculados ao pedido de recuperação judicial

Sem ressalvamos nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.2 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia realizou a reclassificação dos débitos vinculados ao seu pedido de Recuperação Judicial. Embora a Companhia e sua controlada, em atendimento aos normativos contábeis vigentes, não tenham realizado ajustes contábeis com efeitos no resultado do exercício, decorrentes de seu pedido de Recuperação Judicial (em análise pelo administrador), os passivos reclassificados nestas Informações Financeiras Intermediárias (individuais e consolidadas) podem sofrer alterações relevantes decorrentes dos desfechos incorridos no pedido de Recuperação Judicial impetrado pela Companhia.

Homologação de programa de parcelamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, no 3º trimestre de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas com base na Instrução Normativa nº 1.687/17. Na adesão a este programa, a Companhia reconheceu, de forma antecipada, os benefícios previstos em lei liquidando referidos débitos com a utilização de prejuízos fiscais. Entretanto, até o presente momento, os débitos consolidados pela Companhia não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fraiburgo, 06 de setembro de 2018.

Ricardo José Patine Filho

Sócio Diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

POMI FRUTAS S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2018 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Composição da Diretoria

Marcos Kassardjian Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

POMI FRUTAS S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Senhores Acionistas,

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2018 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Marcos Kassardjian Diretor

Miranda Joana Comerlatto Contadora / CRC 026972/O-0